

## Apresentações do Coral Indígena: Uma Tática Contra as Pretensões do Estado e da “História Oficial” no Oeste do Paraná

Jovane Gonçalves dos Santos<sup>1</sup>

Resumo: Este trabalho é uma reflexão sobre as formas pelas quais os Guarani do Oeste do Paraná agenciam as ações deflagradas contra eles pelo Estado Nacional e pela “história oficial”. Busco evidenciar que esses sujeitos não permaneceram, e continuam não permanecendo, passivos diante dos agentes que atuaram e atuam lhes tirando os espaços (geográficos e simbólicos). A medida em que estreitei o contato com esse grupo, na aldeia *Tekohá Añetete*, percebi que uma de suas questões mais eminentes está relacionada a o que fazer para serem vistos, entendidos e tratados como Guarani pelos brancos, que vêm tendendo a lhes negar a idianidade e não raro, desconhecem a sua existência. Entoar cantos sagrados nos espaços da sociedade envolvente tem sido uma das “saídas” encontradas pelos índios no propósito de demonstrar quem eles realmente são.

O Oeste do Paraná é um território tradicional dos índios Guarani que o habitam desde tempos imemoriais. O Estado, na intenção de Nacionalizar esses domínios no século XX, usou a mão de obra desses indígenas na construção da infra estrutura necessária para receber os colonos que viriam “abrasileirar” estas plagas. Ante a chegada dos brancos, os agentes estatais empreenderam tentativas explícitas e violentas para expulsar os “nativos” e deixar o Oeste livre à modernização. Todos esses episódios, desde a presença antequíssima dos Guarani até os embates do Estado para tirá-los do Oeste não estão presentes na história oficial, escrita por autores como Wachowicz, Saatkamp, Freitag, Colodel. Essa literatura, muito referenciada em livros didáticos e em museus que “resgatam” a história da região, inspira a criação de uma identidade regional e de um imaginário coletivo que nega a existência dos indígenas por aqui. Para reconquistar uma parte desse território, usurpado pelas frentes de colonização, os indígenas empreenderam várias táticas –no sentido que Michel de Certeau arroga ao termo-, conforme nos evidencia Sarah Ribeiro (2005) e Carla Conradi (2009). Porém, para garantir a posse dessas áreas já demarcadas e exigir a demarcação de outras sobre seu território tradicional é necessário que sejam reconhecidos pelos brancos como indígenas, no que a história oficial (que os tratou como paraguaios ou povos que teriam desaparecido) se torna uma grande inimiga. Como dizer que não são paraguaios? Como dizer que são índios? Como demonstrar que não desapareceram? Pelas vias dos ensinamentos da antropologia perspectivista percebo que essas são questões eminentes nessa sociedade que, na tentativa de existir como “índigena contemporânea” no imaginário dos brancos, vai entre eles, cantar e dançar músicas de *Nhanderú* –o Deus verdadeiro- menos no intuito de serem artistas, mais no propósito de executarem uma tática, um golpe de quem resiste e existe, apesar do Estado, apesar da história.

Palavras Chave: Guarani, História do Oeste Paranaense, Coral Indígena.

Desde o início do século XX, com a colonização do Oeste do Paraná, que o Estado empreende tentativas de expulsar deste território os índios Guarani. Propósito muito semelhante revelou ter historiografia ao retirá-los das suas “páginas oficiais”<sup>2</sup>, minorando a presença desse grupo na construção da região. O presente trabalho vem evidenciar algumas táticas<sup>3</sup> elaboradas por esses indígenas ante as estratégias de exclusão deflagradas contra eles por uma parte da sociedade envolvente. A principal contribuição do estudo é mostrar como as apresentações culturais realizadas atualmente pelo coral da aldeia *Tekohá Añetete*<sup>4</sup> se inscreve neste contexto de lutas e táticas.

Os povos Guarani estão no Oeste do Paraná desde tempos imemoriais, conforme nos mostram os relatos de Cabeza de Vaca e os trabalhos de Susnik (1979) e Chimyz (1987). Nos séculos XVII e XVIII foram utilizados como mão de obra<sup>5</sup> para a construção da infraestrutura dos diversos núcleos populacionais no Guairá Antigo<sup>6</sup>. Nos fins do século XIX a frente de expansão brasileira avançou sobre esse território e utilizou a mão de obra desses sujeitos para desbravar a região, fazendo com que eles fossem se “espremendo” junto às margens do rio Paraná, abrindo os caminhos e deixando as terras livres para a ocupação dos ditos “pioneiros”<sup>7</sup>.

Na primeira metade do século XX várias levas de colonos oriundos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul vieram para o Oeste do Paraná povoar e nacionalizar a Tríplice Fronteira. Eram descendentes de alemães e italianos voltados à prática de uma agricultura familiar e impulsionados pelo afã do Estado Novo Getulista, por sua vez, preocupado com essa área que representava um “vazio demográfico” e que, portanto, necessitava de ser povoada por brasileiros.

Objetivando incentivar a vinda dos colonos para o Oeste paranaense construiu-se, anteriormente, uma base para receber os migrantes: estradas, caminhos, galpões... Toda essa estrutura fora edificada pelos índios Guarani que, desde este tempo, já vinham trabalhando para os não índios e retornando em seguida para suas aldeias, uma prática muito comum nos dias de hoje. Construídas todas estas obras, o Oeste começava a receber a dita “civilização”. Faltava apenas remover os “selvagens” daqui:

Finalizados os afazeres necessários para organizar uma base favorável para a fixação dos colonos, é preciso completar a limpeza destes sítios, o que se traduz na retirada dos nativos, decorrentes da renitência dos migrantes de compartilharem a região com tais elementos. (RIBEIRO, 2005, p. 165).

Ante ao seu propósito de uma nação homogênea, feita exclusivamente por brasileiros, não faltaram iniciativas do Estado para tentar expulsar os Guarani do seu território tradicional; logo no início da chegada dos colonizadores, a Vila Guarani<sup>8</sup>, organizada e habitada pelos índios, foi disponibilizada para o assentamento e trabalho desses colonos, desfez-se a aldeia. Igualmente, pelas ações da frente de expansão legitimadas pelo Estado, foram desfeitas as aldeias do subgrupo *Mbyá*<sup>9</sup> que ainda restavam nas margens do Rio Iguaçu, com isso, os indígenas do Oeste passaram a morar, a partir dos anos de 1950, cada vez mais próximos das margens do Rio Paraná.

No início da década de 60 a situação é tensionada pela presença do INCRA que objetivava retirar os Guarani desta região para, definitivamente, abrir espaço ao advento da modernização da fronteira, conforme nos conta Ribeiro (2005) e Silva (2007).

As informações são de que o INCRA nesta época atuou pressionando as famílias e expulsando-as para outras áreas, sobretudo, para o Paraguai visto que, na opinião do estado Brasileiro esses sujeitos eram paraguaios. Sobre esse quadro a tese de Silva é esclarecedora:

Meus informantes disseram que a desocupação dessas áreas foi feita pela polícia, outros dizem que foi por soldados do exército. Contam que eles chegavam em caminhões e obrigavam os moradores a abandonar suas casas. Ameaçados por armas, os moradores subiam nos caminhões e eram levados para os postos indígenas de Rio das Cobras e Mangueirinha. Com medo ou por não aceitarem a transferência, uma parte da população foi procurar abrigo nas aldeias de seus parentes em Misiones ou no litoral sudeste. (...) Diversos informantes não continham as lágrimas ao falar de seus parentes (filhos, pais, mães e irmãos, famílias inteiras) mortos em emboscadas ou em conflitos pela desocupação organizados por Brancos armados. (SILVA, 2007, p. 65).

Em suma, as aldeias do Oeste foram varridas pela colonização, mas isso não “livrou” o entorno da presença indígena. Vários desses sujeitos permaneceram ou retornaram à região, penetrando em lugares ainda não ocupados pela frente de expansão, a saber, a aldeia Jacutinga e as beiradas do Rio Paraná.

Localizada na área entre os atuais municípios de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu, Jacutinga era o último reduto Guarani no Oeste paranaense, haviam várias outras famílias *Nhandéva* e *Mbya* morando isoladas às beiras do Rio Paraná sem, no entanto, constituir uma aldeia. Mesmo sendo a última parcela de terra que restara ao grupo Guarani do lado brasileiro do Rio Paraná, Jacutinga seguia perdendo território e começava a figurar como uma pequena ilha em meio a tantas propriedades rurais, até que em 1977, conforme nos atesta Almeida (1995), um ato do governo disponibiliza a área para assentamento de colonos.

Neste momento o INCRA continuava usando de violência para intimidar e expulsar os Guarani de Jacutinga. Amedrontados, boa parte deles fugiram em direção ao Paraguai, outra parcela continuou do lado brasileiro resistindo e afrontando às pretensões do Estado Nacional.

Na década de 1980 começaram os trabalhos de desocupação das terras às margens do então curso do Rio Paraná para a construção da Hidrelétrica de Itaipu. A falta de um trabalho sério para apurar o número de Guarani que perderiam suas terras com a inundação levou a empresa, juntamente com o INCRA e FUNAI, a oferecerem pouco mais de 50ha para recompensá-los. Insatisfeitos, os índios recusaram e escreveram cartas às autoridades Nacionais e até mesmo ao Banco Mundial, que financiava o projeto da Barragem, denunciando as injustiças que vinham sofrendo. Em razão dessas pressões a Itaipu se viu obrigada a oferecer um território maior, uma área com pouco mais de 200ha localizada no município de São Miguel do Iguaçu, denominada *Ocoy*.

Com a formação do reservatório da Binacional as terras de Jacutinga ficaram, definitivamente, submersas à grande água, inundaram as moradias, as plantações, os cemitérios... apagaram um espaço muito significativo para as memórias dos Guarani *Mbya* e *Nhandéva*, resistentes aos ataques do Estado Brasileiro que, imbuído de ideais progressistas ao sabor do período Ditatorial, não concebia um Oeste indígena.

O *Ocoy* nunca correspondeu às exigências culturais dessa sociedade; antes mesmo de receberem este território a comunidade indígena já manifestava isso. No entanto, na falta de um espaço melhor terminaram aceitando serem transferidos para o local; naquele momento apenas 11 famílias integravam o grupo.

Pouco tempo após estabelecidos na nova terra, o número de famílias já havia triplicado, visto que várias daquelas que se refugiaram no Paraguai estavam de volta. O número de moradores crescia dia após dia. Aumentavam as doenças e a situação de miséria. A terra era pouca para uma população tão expressiva. Diante do caos, os índios voltaram a remeter cartas ao Banco Mundial e a outras entidades da Sociedade Civil organizada chamando a atenção para as precárias condições em que viviam. Tantas pressões fizeram com

que um novo laudo antropológico fosse encomendado pela Hidrelétrica, o mesmo veio atestar que os Guarani realmente necessitavam de uma terra com os reivindicados 1500ha.

Diante da morosidade do Estado e da Itaipu para providenciar a nova aldeia, em 1995 um grupo formado por 60 índios entraram<sup>10</sup> numa área de preservação ambiental pertencente à Itaipu, localizada no município de Foz do Iguaçu. Este episódio acelerou a demarcação de mais um território no Oeste do Paraná para eles, desta vez com uma área superior ao exigido, 1744h. Localizada no interior do município de Diamante do Oeste, a terra foi vistoriada por um grupo da comunidade indígena que aprovou o território, então denominado Aldeia *Tekohá Añetete*.

As famílias que estavam ocupando o espaço de preservação ambiental, num movimento que os indígenas denominaram *Paraná Porã*, foram transferidas para a nova área. Junto delas foram algumas outras que estavam residindo no *Ocoy*. Contrariando a expectativa da Itaipu de que toda a comunidade indígena residente no interior do município de São Miguel do Iguaçu iria se transferir, apenas 160 indivíduos, de uma população que passava de 600, foram habitar o novo espaço. Os demais permaneceram nas exíguas terras do *Ocoy*.

Frente a tanta resistência indígena o Estado parece ter recuado na estratégia de expulsá-los, o jeito foi, em alguma medida, “aceitá-los”. O problema é que “a medida” dessa aceitação não é nada generosa; hoje a tentativa dos agentes estatais parece ser a de aldear os Guarani e deixá-los nos cantos menos visíveis, sob os solos mais inférteis e, de preferência, exigindo que não saiam dele, situações que também são orquestradas por essas sociedades, mas isso já é outra história. O fato é que, mesmo diante de tantos episódios envolvendo os Guarani no Oeste paranaense, a história oficial da região permanece fazendo vistas grossas à eles.

### **Ingrata Historiografia**

Como se vê, o Oeste do Paraná é um território tradicional dos índios Guarani, entretanto, os estudos da “história oficial” não reconhecem isso e conferem a esses povos um papel ínfimo e coadjuvante na produção dessa região. Privilegiam um Oeste construído, quase que exclusivamente, a partir dos colonos sulistas e daí, uma identidade regional excludente em relação a esses indígenas.

Rui Wachowicz, historiador referenciado em diversos estudos sobre o Oeste do Paraná em sua obra “Obrageros, Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense”, fala da origem dessa população na época da fundação da Colônia de Foz do Iguaçu, quantificada em “324 indivíduos que poderiam ser assim discriminados: 212 paraguaios, 95 argentinos, 5 franceses, 2 espanhóis, 1 inglês e apenas 9 brasileiros” (WACHOWICZ, 1982, p. 182). Nesta obra ele também afirma que na formação oestina, o colono teve um papel central visto que os mensus paraguaios –índios Guarani- teriam desaparecido deste território. O autor, com isso, corrobora a idéia de que os Guarani não estiveram presentes nessa região e, se estiveram, desapareceram subitamente.

Venilda Saatkamp, num estudo encomendado pelas autoridades do Município de Marechal Cândido Rondon, refere-se aos índios do Oeste do Paraná como seres integrantes do quadro natural da região, situando-os num lugar próximo ao dos animais, pássaros, insetos e cobras e que, tal como todos esses, passaram a dar lugar ao desenvolvimento sócio econômico da região.

Liliane Freitag, em “Fronteiras Perigosas” (2001) busca construir um “novo” olhar sobre a região Oeste do Paraná estudando a ocupação do território correspondente ao atual município de Palotina a partir das vias da religião. Os indígenas não estão presentes nesta

obra que reconhece os colonizadores como aqueles que: “também fizeram história, juntamente com os demais agentes da colonização: O Estado, o capital e a religião” (FREITAG, 2001). Fica claro que, para a autora, os Guarani não fizeram parte desse processo.

A partir desses e de outros estudos, tais como: Colodel (1988), Queirós (1999) e Gregory (2002), fala-se numa identidade regional do Oeste voltada ao trabalho, à exploração da terra, ao cultivo agrícola, etc., elementos pouco condizentes com as tradições Guarani, nada afeitas a esse espírito desbravador e empreendedor do colono sulista.

Visualizo assim, que diversos títulos bibliográficos, construtores da história oestina, são ingratos à esses sujeitos que habitam e estão nesta região desde tempos muito antigos. Os protagonistas da formação do Oeste são colocados, por esses autores, como sendo os bravos pioneiros, cabendo aos indígenas um papel de coadjuvantes e, porque não dizer, de antagonistas ao grande progresso nacional.

Merece visibilidade a tese de Sarah Ribeiro (2005) intitulada “O Horizonte é a Terra”, sendo este o primeiro estudo historiográfico produzido sobre os Guarani em face do processo de modernização do Oeste a partir da década de 1940 e que considerou as falas e as memórias desses sujeitos. Após 2005 outros trabalhos começaram a surgir acrescentando e apresentando informações importantes sobre os indígenas que, até então, permaneciam à margem das narrativas. No entanto, essas recentes produções bibliográficas que trouxeram à tona “novos” sujeitos ainda permanecem com menos reconhecimento em relação àquelas que cantam o labor dos pioneiros.

Wachowicz, Saatkamp, Freitag, Colodel entre vários outros, são títulos que “inventaram” um Oeste subtraindo os indígenas e fazendo da história da região uma epopéia dos feitos gloriosos de antecessores das elites econômicas atuais. Vários dos livros didáticos, adotados pelas escolas da região nas séries iniciais<sup>11</sup>, que falam nessa história, são inspirados e tem como referência esses autores. Ao mesmo tempo trazem a imagem do índio como sendo um ser primitivo, vivendo em comunidades de estruturas arcaicas; nada que corresponda ao povos indígenas reais e contemporâneos. Esses elementos contribuem para a criação, pelos sujeitos “brancos” do Oeste do Paraná, de um imaginário distorcido em relação aos Guarani que, por sua vez, muito se incomodam com isso, mas este incômodo só pode perceber depois de alguns anos em contato com essa sociedade.

### **As Táticas**

Apesar das perdas impingidas aos Guarani pelo Estado (de território, de memória...) e pela historiografia (de espaço ‘simbólico’), é fundamental ter clareza de que eles (os índios) não se tornaram povos fugitivos ou apenas vítimas de um sucessão de desgraças. Cada uma dessas ações contrária a eles foi recebida e agenciada dentro dessa cultura, de maneira a produzir respostas e buscar um lugar possível para se viver dentro do que acreditam e do que acham bom; são as táticas, os golpes desferidos pelos indígenas.

Quando o Estado, através de seus agentes, intensificou a colonização do Oeste do Paraná, várias famílias Guarani foram transferidas para a Terra Indígena de Rio das Cobras (uma área dividida com os Kaingang, grupo visto como inimigo dos Guarani). Os índios sabiam que se permanecessem lá, longe da área de disputa, estariam “entregando” seu território. A tática foi retornar a ele, como nos conta Ribeiro (2005). Meus informantes narram histórias de famílias que retornaram a pé para a região e foram, aos poucos, se concentrando em terras que ainda não era alvo das ações dos brancos.

Quando inundaram as suas terras para a construção de Itaipu, as famílias se reuniram e a tática utilizada foi escrever ao Banco Mundial, que financiava o empreendimento, relatando o quadro de dificuldades e de miséria em que se encontravam. Essa ação voltou a se repetir outras vezes e, em todas elas, a comunidade atinge, se não todos, pelo menos alguns dos seus objetivos.

Quando lhes ofereceram a terra do *Ocoy*, mesmo sabendo que ela não era suficiente para atender à sua população, a tática foi aceitá-la. Estar no *Ocoy* era (e ainda é) uma forma de continuar próximo do Estado e da Hidrelétrica para prosseguir reivindicando.

Quando houve morosidade do Estado em demarcar uma nova área para o grupo, conforme preconizava o laudo antropológico, os Guarani se reuniram e entraram numa área de preservação ambiental pertencente a Hidrelétrica de Itaipu e só a deixaram quando a “aldeia prometida”<sup>12</sup> já estava a lhes esperar.

Conforme se vê nos estudos de Sarah Ribeiro (2005) e Conradi (2009), essas são algumas das inúmeras táticas elaboradas pelos Guarani ante as forças do Estado. A medida em que os brancos foram avançando sobre seus domínios, os indígenas foram (e continuam) reagindo e exigindo a demarcação de novas áreas sobre seu território tradicional.

No entanto, percebendo que a conquista do espaço geográfico é, antes, a conquista do espaço no imaginário das pessoas (que autorizam, reconhecem, aceitam) o alvo das táticas guarani passa a ser os conceitos que os brancos do Oeste têm sobre eles. Suspeitam de que não terão demarcadas mais terras se permanecerem sendo vistos como Paraguaios ou povos do passado que teriam se acabado, como advoga vários títulos da chamada história oficial. A Constituição Federal preceitua que a demarcação de áreas deverá ser promovida para atender aos índios. Se continuarem sendo vistos de forma distorcida e tendo a sua indianidade negada pelos brancos, tão logo, não serão mais contemplados com esse direito.

É necessário ser visto como índio. Porém, como promover mudança na forma como são percebidos e entendidos pelo outro? Como passar de paraguaios ou povos extintos à indígenas do presente? A tática para isso é cantar e dançar.

### **Cantar e Dançar: Eis “as artes do fraco”**

Minhas primeiras atividades como pesquisador entre os índios Guarani do Oeste do Paraná me deixaram surpreso: eles queriam que eu programasse, com os departamentos de cultura das cidades de Ramilândia e Matelândia (onde eu trabalhava), para levá-los até esses municípios fazerem apresentações de cantos e danças. Fiz isso quantas vezes pude (3 ou 4). Quando chegava o dia da apresentação boa parte da comunidade, mesmo que não integrassem o coral, lotavam o ônibus e iam juntos. Por que queriam ir a esses municípios?

Responder a essa formulação me exigiu levar a sério o ponto de vista desses sujeitos e buscar, entre eles, as suas interrogações. Nos ensina Viveiros de Castro (2002) que o que diferencia as sociedades não são as respostas que estas dão aos seus problemas, mas sim, as perguntas que elas fazem; produzir antropologia neste contexto (minha proposta) seria saber: a que pergunta eles estão respondendo quando querem ir a cidade e quando lotam ônibus para irem cantar e dançar aos brancos?

A pergunta a qual estão respondendo parece ser a mesma que me foi dirigida várias vezes enquanto eu assistia a rituais na casa de rezas. Durante, ou ao término dos rituais, um dos rezadores sempre se dirigia a mim e pedia para que eu dissesse ao grupo, no centro da *opy* (casa de rezas), o que eu estava achando sobre o que via. O mesmo gesto se repetiu nas vezes em que levei os alunos do Ensino Médio à aldeia para um exercício de campo. Comecei a perceber que há uma preocupação, nessa sociedade, com a forma que estão sendo percebidos

pelos homens brancos. “De que forma vocês brancos nos vêem?” é uma interrogação central entre esses índios.

É claro que para esta pergunta os Guarani também têm uma hipótese formulada ou um conhecimento adquirido. Eles, melhor do que qualquer pesquisador, sabem das intenções passadas (expulsá-los do Oeste) e atuais (aldeá-los) do Estado Nacional. Sabem também que a história oficial dos brancos os afastou da cena, tratando-os como paraguaios, figuras do passado ou numa condição de “quase-bicho”. Igualmente, sabem que as crianças das escolas brasileiras continuam reconhecendo como índio apenas aqueles seres “exóticos”, abarrotados de penas e pinturas corporais. Ir a esses municípios, apresentar cantos e danças, é uma tática para mostrar aos brancos que, apesar do Estado, apesar dessa história oficial, dos livros didáticos e de um imaginário cheio de estereótipos, os Guarani existem, estão vivos e cada vez mais presentes. São eles os índios reais, sujeitos de direitos conforme prevê a Constituição Federal.

Depois de terem realizado apresentações para alunos de Ramilândia e Matelândia, buscam agora que eu os ajude a ir se apresentar em Toledo, na universidade, nas escolas, no teatro ou em algum lugar. O coral –composto por 16 indivíduos, em geral crianças e adolescentes- que vai realizar as apresentações já participou da gravação de CD e, mais recentemente, de um DVD; não poderiam eles estar buscando “apenas” divulgar o seu trabalho? A resposta pode ser “sim”, no entanto, por que divulgar seu trabalho artístico? Certamente não é para ganharem dinheiro (algo muito pouco valorado entre eles), talvez para conquistarem fama e renome, mas aí cabe outra questão: Por que um grupo artístico quer ter prestígio se não é para ter dinheiro? Neste caso, não é para outra coisa se não para “levantar” a bandeira desses índios que, há séculos, vêm tendo um espaço marginal entre os brancos. Não sendo nem selvagens nem ingênuos, eles sabem (e me dizem sempre) que não buscam ser famosos, buscam apenas ir até os brancos entoar cantos e dizer a eles que os Guarani continuam existindo, que não são Paraguaios e que não desapareceram apesar de tantos discursos tenderem a ocultar isso.

Quando chegaram as frentes de colonização no século XIX e XX haviam, no Oeste, diversas aldeias espalhadas de Foz do Iguaçu até Guaíra e, a leste até Guarapuava. Reocupar esse território tradicional é o norte ou, nos termos de Sarah Ribeiro (2005), é o “horizonte” desses povos hoje. O retorno a essa região já vem se concretizando e aquele povo que até 1997 permanecia “confinado” numa área com pouco mais de 200ha –Ocoy- hoje volta a pontilhar o mapa do Paraná com seus aldeamentos: *Ocoy*, *Tekohá Añetete*, *Itamarã* e já há uma nova terra sendo conquistada no município de Santa Helena. No entanto, isso representa pouco para quem, um dia, já pôde caminhar livremente pelo Oeste do Paraná, sem se preocupar com as “fronteiras embandeiradas”<sup>13</sup> separando as nações.

Todas essas conquistas só são possíveis a medida em que esses sujeitos têm visibilidade e são reconhecidos como índios. Se permanecerem silenciosos sobre suas parcas aldeias continuarão esquecidos pelo Estado e daí estarão entregues à sorte do desaparecimento, se não forem vistos como índios não terão direitos a novas terras. É isso o que buscam quando querem levar seu grupo apresentar: Buscam espaço, buscam novas fronteiras não apenas geográficas, mas com os brancos. Ir em cada uma desses municípios (Ramilândia, Matelândia, Toledo) é mais uma forma de dizerem aos brasileiros, e a si mesmos, que as diferenças insistem, que eles “continuam sendo o que são”, que não foram “aculturados”, que as fronteiras humanas e culturais permanecem menos ou mais atenuadas, vivas, entretanto.

Entre os problemas mais eminentes dos Guarani do Oeste do Paraná hoje estão: “Qual será a tática para demonstrar aos brancos que a história deles é negligente conosco?”

Qual será a tática para dizer que estamos vivos, somos índios e precisamos de mais terras?”. Se entendermos que a cultura é sempre um processo de elaboração de perguntas, como nos ensina Viveiros de Castro (2002), então devemos ter claro que são essas as questões que estão sendo construídas agora e estão em pauta entre os Guarani; são a essas formulações que eles estão respondendo ao lotarem ônibus para se apresentarem, gratuitamente, nos palcos dos brancos. Cantar e dançar são agora as artes do fraco.

## Referências

ALMEIDA, Rubem Thomaz de. *Laudo antropológico sobre a comunidade Guarani – Ñandeva do Oco’y/Jacutinga – PR*. Rio de Janeiro, 1995.. *Laudo antropológico sobre a comunidade Guarani –Ñandeva do Oco’y/Jacutinga – PR*. Rio de Janeiro, 1995.

BELO, Skarleth Zaluski. O índio no livro didático e na simbologia dos estudantes do oeste do Paraná. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná,2006.

CABEZA DE VACA, Álvaro Nuñez. *Naufrágios e Comentários*. Tradução: Jurandir Soares dos Santos. Porto Alegre: L & M, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHMYZ, Ygor et al. (coord.). *Projeto Arqueológico Itaipu: relatório das pesquisas Realizadas na Área de Itaipu*. Curitiba: Convênio Itaipu/IPHAN, 1987.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. *As Ações do Estado nacional e a Trajetória Política dos Guarani Ñandeva no Oeste do Paraná (1977-1997)*. Tese de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Dourados – MS. 2007.

\_\_\_\_\_. O movimento dos guarani de reocupação e recuperação de seus territórios no oeste do Paraná. Anais do IV Congresso Internacional de História. Maringá: 2009.

COSTA, Zeila. Tekohá Añetete: O reassentamento de um grupo indígena Avá-Guarani atingido pela construção da UHE Itaipu Binacional. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense*. Cascavel: Edunioeste, 2001.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.



MELIÁ, Bartolomeu. A experiência religiosa dos Guarani. In: O Rosto Índio de Deus. São Paulo: Vozes, 1989.

RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. *O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná (1977-1997)*. 330 f. Tese

(Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto

Alegre, 2002.

\_\_\_\_\_. Identidade e Contato Interétnico: Os Guarani no Oeste do Paraná. Tempo da Ciência. Volume 16, nº 31. Toledo: 2009

SAATKAMP, Venilda. Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon. Cascavel/PR. Assoeste, 1984.

SAHLINS, Marshall. O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I e II)". Mana, Rio de Janeiro, v.3, n.1, abril de 1997.

SCHADEN, Egon. Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani. São Paulo: EDU/EDUSP, 1974.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Missões no Guairá: Espaço e Territorialidade nas Missões Jesuíticas do Guairá. In: Anais do VI Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas. Cascavel: EDUNIOESTE, 1998.

SILVA, Evaldo Mendes da. Folhas Ao Vento: A micromobilidade de grupos Mbya e Nhandéva (Guarani) na Tríplice Fronteira. Tese (Doutorado).PPGSA, UFRJ, 2007.

SUSNIK, Branislava. Los Aborígenes del Paraguai: Etnohistória de los Guaraies. Asunción: Museo Etnográfico Andres Barbedo, 1979.

VENDRAME, Sônia Inês. Comunicação, recepção e consumo entre os guarani: o índio na mídia e a mídia na vida do índio. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo. ESPM. São Paulo. 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Nativo Relativo. Mana vol.8 nº.1 Rio de Janeiro: 2002.

\_\_\_\_\_. A morte como um quase acontecimento. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=Zdz8U9\\_8YVU](http://www.youtube.com/watch?v=Zdz8U9_8YVU) . Acesso em: 04/10/2010.

WACHOWICZ, Rui. Obrageros, Mensus e Colonos: história do Oeste Paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

<sup>1</sup> Professor de Sociologia no Colégio Estadual Alberto Santos Dumont-Ramilândia/PR; Mestrando em Ciências Sociais (Unioeste/Toledo), orientando do Professor Dr. Erneldo Schallenberger.

<sup>2</sup> Sarah Ribeiro (2009) utiliza-se da expressão “páginas oficiais da história” e História Oficial para designar: Wachowicz (1982), Saatkamp (1984), Colodel (1988), Queirós (1999) e Gregory (2002). Neste artigo também me utilizo do termo para fazer referências ao conjunto de produções historiográficas que buscam contar a história do Oeste a partir da noção de “frente pioneira”, incluindo aí esses títulos apresentado por Ribeiro.

<sup>3</sup> Os termos “tática” e “estratégia” são usados neste trabalho pensando no sentido atribuídos a ele por Michel de Certeau (1994). Segundo este autor as estratégias são as ações calculadas e desencadeadas pelas instituições e grupos estabelecidos, que detém um lugar de poder; já as táticas são as posições assumidas e os usos dos fatos pelos sujeitos destituídos de lugar e de fatores externos que lhe confirmam autonomia. Para Certeau (2000): “a tática é a arte do fraco” (p. 101).

<sup>4</sup> A aldeia está localizada no interior do município de Diamante do Oeste. Demarcada no ano de 1997, é habitada por Guarani do subgrupo *Nhandéva*, sendo sua população quantificada hoje em, aproximadamente 260 indivíduos.

<sup>5</sup> Números apresentados por Bartolomeu Meliá (1989) estimam que até 800 mil índios teriam sido empregados nesse processo de colonização da referida área na época.

<sup>6</sup> O Guairá Antigo compreendia, segundo Schallenberger (1998), a região localizada entre os Rios Paraná, a oeste, Tietê e Anhembi, ao norte, Iguaçu ao sul e, a leste, linha imaginária do Tratado de Tordesilhas.

<sup>7</sup> É assim que o termo é apresentado nos estudos dessa chamada história oficial para designar os colonos sulistas que vieram povoar a região Oeste do Paraná, deve-se observar entretanto que: “A concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor” (MARTINS, 2009, p. 134).

<sup>8</sup> Localizada no entorno do atual município de Foz do Iguaçu, próximo as regiões onde hoje é o Bairro Três Lagoas.

<sup>9</sup> Segundo Egon Schaden (1974), a população Guarani do Brasil pode ser em princípio dividida em três subgrupos: os *Nhandéva*, também conhecidos como *Chiripá*, os *Mbiá* (*Mbuá*, *Mbwá*, *Mbya*) e os *Kaiowa* também denominados *Pai Tevyterã*.

<sup>10</sup> Para a comunidade Guarani *Nandeva*, o termo correto seria *entrada* (*jaike*). A expressão “pretende substituir os termos ‘invasão’, utilizadas por fazendeiros, e ‘ocupação’, ‘reocupação’, ‘retomada’, utilizados por aliados dos índios” (ALMEIDA, 1995, p. 148).

<sup>11</sup> Sobre este tema sugiro a leitura do estudo de Belo (2006).

<sup>12</sup> A expressão “Aldeia prometida/esperada” é a tradução dos termos *Tekoha Añetete*, conforme relatam os informantes dessa pesquisa que, por sinal, participaram da escolha do nome para a área.

<sup>13</sup> Como demonstra diversos trabalhos antropológicos, entre eles Silva (2007), caminhar faz parte da cultura Guarani. Ocorre que muitos dos indígenas que estão na região Oeste do Paraná buscam se dirigir a aldeias localizadas no Paraguai ou, até mesmo, na Argentina, onde teriam morado tempos antes e onde têm parentes ou amigos. Esses deslocamentos consistem num desafio para os Estados Nacionais que não vêem como positivo o fato dos índios cruzarem as fronteiras sem dizer ao certo aonde vão e, frequentemente, sem dizer ao certo se retornam. Para os países o problema são os deslocamentos dos Guarani que lhes desafia a soberania nacional, para os Guarani o problema são as aduanas embandeiradas e os postos indígenas querendo saber o rumo dos seus *guatá* (caminhos/caminhar).